



**AGRICULTURA URBANA E AS RELAÇÕES COM AS
INSTITUIÇÕES LOCAIS: OS CASOS DE BELÉM-PA E
PORTO ALEGRE-RS (2011-2014)**

**THE URBAN AGRICULTURE AND RELATIONS WITH
LOCAL INSTITUTIONS: THE CASE OF BELÉM-PA
AND PORTO ALEGRE-RS (2011-2014)**

**LA AGRICULTURA URBANA Y LAS RELACIONES
CON LAS INSTITUCIONES LOCALES: LOS CASOS
DE BELÉM-PA Y PORTO ALEGRE-RS (2011-2014)**

Elvis Albert Robe Wandscheer

Doutor em Geografia - Professor da Faculdade Carajás (PA)
Membro do Núcleo de Estudos Agrários - NEAG - IGEO - UFRGS
E-mail: elvishz@yahoo.com.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8502-4690>

Rosa Maria Vieira Medeiros

Doutora em Geografia - Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Coordenadora do Núcleo de Estudos Agrários - NEAG - IGEO - UFRGS
E-mail: rmvmedeiros@yahoo.com.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7189-1902>

RESUMO:

O objetivo do trabalho foi abordar a Agricultura Urbana de Belém-PA e Porto Alegre-RS focando as inter-relações entre a atividade e as instituições dos municípios. A metodologia utilizada foi à análise descritiva com abordagem mista (qualitativa e quantitativa). A amostra empregada foi aleatória e intencional. Em ambos os municípios se observam ações que foram implantadas pontualmente e não tiveram continuidade posterior. Em termos de existência e relações na atualidade, a capital gaúcha demonstra mais canais de comercialização, que derivam de relações institucionais estabelecidas anteriormente. Na situação belenense alguns elementos se apresentam sem alternativas de soluções que possam ser buscadas até o momento, ações essas de criar possibilidades para os problemas ligados às altas temperaturas e as distâncias percorridas via transporte fluvial. Porém, nas duas situações foram visualizados aspectos importantes em relação à articulação das instituições com ações de Agricultura Urbana, o que demonstra o significado dessas relações e seu potencial diante de novas iniciativas nos espaços produtivos.

Palavras-chave: Agricultura Urbana; Instituições; Belém; Porto Alegre.

ABSTRACT:

The aim of this work was to expose the Urban Agriculture of Belém-PA and Porto Alegre-RS, focusing on the relationships between the activity and the institutions of these municipalities. The methodology used was the descriptive analysis with a mixed approach (qualitative and quantitative). The employed sample was random and intentional. In both municipalities punctual and interrupted actions were observed. In terms of the present existence and relationships, the capital of RS shows commercialization channels, derived from previously established institutional relationships. In Belem, some elements are presented without the perspective of alternative solutions, in the form of actions devised to create possibilities to solve the issues related to the high temperatures and the distances coursed by the river transport. Nevertheless, in both situations important features were visualized in relation to articulations of the institutions with actions of urban agriculture, showing the meaning of these relationships and their potential in face of new initiatives in productive spaces.

Keywords: Urban Agriculture; Institutions; Belém; Porto Alegre.



RESUMEN:

El objetivo del trabajo fue exponer la Agricultura Urbana en Belém-PA y Porto Alegre-RS centrandose en las interrelaciones entre la actividad y las instituciones de los municipios. La metodología utilizada fue un análisis descriptivo con enfoque mixto (cualitativo y cuantitativo). La muestra utilizada fue aleatoria e intencional. En ambos municipios son acciones observadas que fueron implementadas puntualmente y no tienen más continuidad. En condiciones de existencia y relaciones de hoy en día, la capital gaucha muestra más canales de comercialización, estos canales se derivan de las relaciones institucionales establecidas previamente. En la situación belenense algunos elementos se presentan sin soluciones alternativas que se puede perseguir hasta la fecha, acciones para crear posibilidades a los problemas relacionados con las altas temperaturas y las distancias recorridas vía transporte fluvial. Sin embargo, en ambas situaciones se visualizaron aspectos importantes en relación a la articulación de las instituciones con acciones de la Agricultura Urbana, lo que demuestra la importancia de estas relaciones y de su potencial a nuevas iniciativas en espacios productivos.

Palabras-clave: Agricultura Urbana; Instituciones; Belém; Porto Alegre.

1 INTRODUÇÃO

A compreensão da Agricultura Urbana (AU) atualmente abarca subsídios que englobam diversos aspectos, desde necessidades alimentares até resgate de elementos simbólicos da prática e do cotidiano, bem como feições paisagísticas. Essas situações transbordam por vezes o entorno no qual se encontram inseridos, mas seguem uma organização interna que varia de acordo com o objetivo da atividade agrícola. A classificação da atividade de forma mais ampla engloba toda e qualquer produção situada em território físico urbano. Assim, tratam-se de produções que se apresentam como Agricultura(s) Urbana(s). No bojo dessa compreensão é importante salientar que:

[...] a AU no Brasil passa a ter um papel fundamental no resgate da cidadania e da sustentabilidade urbana, assim como na valorização da “cultura rural”. Mesmo assim, dados qualitativos sobre este tipo de agricultura ainda são escassos no Brasil o que dificulta a formulação e implementação de políticas de AU que considerem as diversidades locais (ARRUDA, 2011, p. 24).

Assim, o conteúdo que o substantivo agricultura carregava já não contempla o mesmo sentido lógico que abarcara a sua origem, ou seja, reportando-se unicamente a espaços tipicamente rurais. As mudanças na concepção da atividade se apresentam contemporaneamente numa situação transitória, e exige um esforço analítico maior para visualizar a sua materialização no espaço, já que a mesma ainda se configura em processos dinâmicos ainda não findados. Nesse sentido, a relação campo-cidade se apresenta como um aspecto de grande relevância na observação de tal fenômeno, pois:

As análises econômicas, e os estudos sociológicos e geográficos, desde seus primórdios, durante muito tempo confundiram o setor moderno da economia urbana com a cidade como um todo. O resultado é que a maioria dos estudos não se refere à cidade inteira e sim apenas a uma parte da cidade, tomando-a como um ponto de partida até mesmo para a formulação de teorias de urbanização e emprego pleno [...] devem ser considerados os dados gerais do



fenômeno, seus modelos operacionais e suas inter-relações com dados culturais, assim como a relação entre a população pobre e a economia pobre (SANTOS, 2009, p. 44).

Sob essa ótica, o papel das instituições que se relacionam com a Agricultura Urbana deve ser observado à luz da aderência de suas ações e a aderência que as mesmas demonstram em relação à temática. Cabe salientar que a adesão coesa das ações não pode se dar em sua totalidade, em havendo ações de âmbito estritamente urbano e tampouco rural, daí a importância de observar a relação urbano-rural e os elementos que permeiam e se relacionam diretamente às manifestações da atividade, sejam elas espontâneas, sejam estimuladas, tanto que se refere à abordagem pública quanto ações privadas. Nesse sentido o presente trabalho contempla instituições sociais na sua relação com a AU, sendo elas: EMATER, Rede Agroecológica Metropolitana, Associação Porto Alegre Rural, Associação dos Pequenos Agricultores de Mari-Mari e Esperança Viva, Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém, além dos poderes públicos municipais de Porto Alegre-RS e Belém-PA.

Compreende-se, portanto, que o fenômeno da Agricultura Urbana se constitui como atividade complexa e com especificidades peculiares que permeiam desde a aglutinação de coletivos como se observa em hortas, até produções individuais em pequenos espaços, onde os produtos podem ser destinados apenas à mesa do produtor ou serem comercializados como componentes de renda. Esse último caso é bastante comum no caso de feirantes que residem e comercializam sua produção no espaço urbano. Um fato que marca sobremaneira a atividade (e que nem sempre é valorizada pelas instituições em suas ações) é a proximidade entre o ator produtivo e o(s) mercado(s) consumidor(es), onde as distâncias percorridas da colheita ao prato e a redução de perdas são alguns aspectos que chamam a atenção.

As instituições supracitadas permitem observar as múltiplas ações e interações e os cotidianos das atuações no cotidiano da AU nos espaços geográficos pesquisados, permitem apontar que “a essência deste movimento [...] a identificação e análise dos diversos elementos que circunscrevem esta dinâmica [...] as relações rural-urbanas e campo-cidade, e as atividades inerentes à AUP, cujas ações protagonizadas tanto pelas políticas públicas como pela organização cidadã podem conduzir a resultados que apresentam conteúdos e formas [...] (ZAAR, 2015, p. 2).

Destarte, o objetivo do artigo foi compreender a atuação e os papéis desenvolvidos pelas instituições locais na realidade e nas trajetórias dos atores da Agricultura Urbana. Foi dada ênfase às diferentes concepções que cada lugar apresenta em seus arranjos, de forma que as instituições na qual os atores produtivos estão inseridos, se relacionam ou até mesmo tomam como foco central as suas atuações socioeconômicas. Essas atuações podem ser ponderadas e tomadas como aspectos

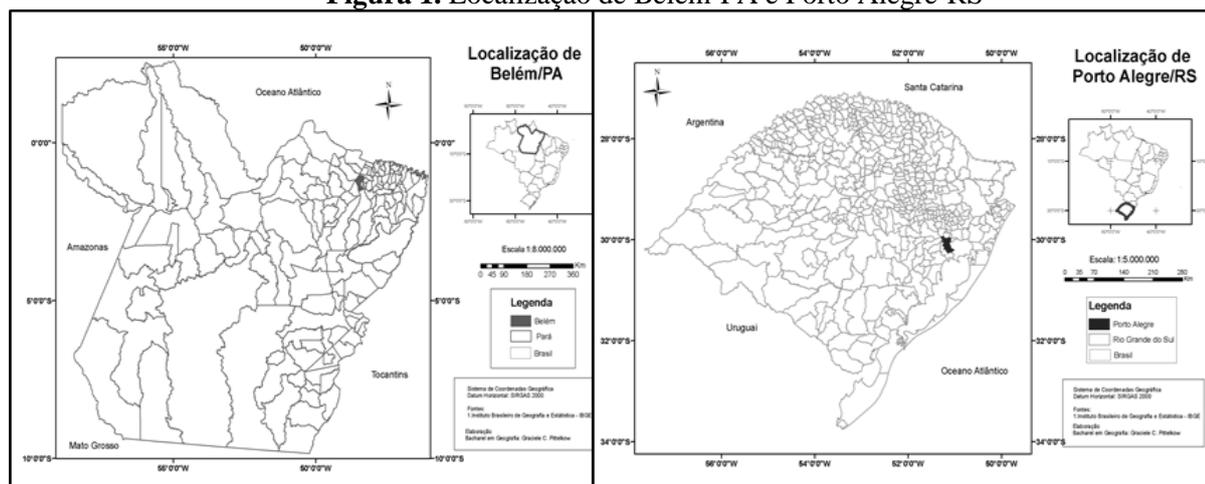


positivos ou negativos de fomento e/ou continuidade da atividade tanto em Belém quanto em Porto Alegre. A opção pelos dois municípios consistiu na exposição de duas situações distintas, uma delas ao norte do Brasil e outra no extremo sul do país, onde se pode visualizar diversas situações produtivas existentes em cada um dos locais.

Contudo, cabe salientar que não foi feita uma abordagem que partiu do contexto de uma instituição em particular, mas sim, das manifestações que as mesmas se fazem atuantes na realidade dos produtores das duas cidades observadas.

As áreas escolhidas para a pesquisa (Figura 1) foram os municípios de Belém e Porto Alegre. Ambos municípios possuem uma ampla população urbana e uma grande região metropolitana que engloba considerável contingente populacional. No primeiro, a população é de 1.393.399, dentre os quais 1.381.475 pessoas são habitantes urbanos, o que corresponde a 99,14% da população; já no segundo, a população é de 1.409.351, dos quais 100% dos indivíduos estão situados em solo urbano (IBGE, 2010).

Figura 1. Localização de Belém-PA e Porto Alegre-RS



Primeiramente foi feito um levantamento de dados, informações e pesquisas realizadas nos Municípios. Os dados/informações foram coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação-FAO, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, e Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional-SESAN. Além destes órgãos, foram consultadas outras fontes acadêmicas como monografias, dissertações, livros e artigos científicos. Posteriormente, buscou-se informações/dados via trabalho de campo fazendo uso de métodos mistos, ou seja, qualitativo e quantitativo.



Os métodos mistos consistem na utilização de estratégia de triangulação concomitante. Essa estratégia de abordagem configura-se como: “[...] o pesquisador coleta concomitantemente os dados quantitativos e os qualitativos e depois compara os dois bancos de dados para determinar se há convergência ou divergência, diferenças ou alguma combinação [...]” (CRESWELL, 2010, p. 250).

O instrumento quantitativo aplicado foi questionários dirigidos aos atores produtivos da Agricultura Urbana. Os instrumentos qualitativos por sua vez foram à observação não participativa e as entrevistas semiestruturadas. A amostra contou com 31 produtores em cada Município (totalizando 62 ao total); o número de entrevistados foi estabelecido pelo critério da saturação. O emprego do critério de saturação consiste em encerrar “quando as concepções, explicações e sentidos atribuídos pelos sujeitos começam a ter regularidades de apresentação” (DESLANDES, 2009, p. 48). Já os questionários foram aplicados em entrevistas junto às instituições, com um representante da CEASA, um representante da EMATER e um representante do Poder Público. Em todos os casos os entrevistados foram indicados pelas próprias instituições. Os instrumentos foram coletados com amostragem do tipo não-probabilística. Este tipo de amostra consistiu em acidental e intencional. Acidental no caso dos produtores encontrados em suas atividades agrícolas quando do trabalho de campo e intencional no caso das Instituições selecionadas. A seleção das instituições foi feita pelos apontamentos de relações visualizadas nas literaturas pesquisadas bem como pelo apontamento dos produtores agrícolas.

O delineamento da análise da pesquisa caracterizou-se como analítico-descritivo, de forma que as estratégias de pesquisa traçadas tiveram atuações paralelas ao longo do estudo. O estudo descritivo possibilitou: “[...] objetivos mais precisos e explícitos em relação aos fatos observados. Descreve mais claramente as características de uma situação ou de um grupo de indivíduos [...]” (ALMEIDA, 1989, p. 71)”. O estudo analítico, por sua vez, procurou estabelecer e analisar relações entre as variáveis, baseando-se sobre fatos e tendo como ponto de partida as relações [...] (ALMEIDA, 1989).

Por fim, a análise consistiu na transcrição das informações coletadas nas entrevistas, fazendo-se uso da análise de conteúdo que possui as “características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência” (RICHARDSON, 1999, p. 223). Assim, as categorias de análise na sistematização cumpriram os requisitos de homogeneidade, exaustividade, exclusão e objetividade (RICHARDSON, 1999).



2 AS AGRICULTURAS URBANAS (AU) E AS INSTITUIÇÕES LOCAIS

A definição mais ampla e internacionalmente empregada para definir a atividade agrícola urbana é da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) que a classifica como:

A produção e/ou transformação de forma inócua de produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, plantas ornamentais, espécies florestais etc.) e pecuários (animais menores e maiores) nas áreas intra e periurbanas das cidades, para autoconsumo ou comercialização, aproveitando recursos, insumos e serviços urbanos (solo, água, resíduos, mão de obra, etc.) (FAO, 2009).

Ainda quanto à disposição da terminologia, é necessário salientar os enfoques empregados pelos diferentes autores que escrevem sobre a temática, pois os mesmos variam em função das diversidades e necessidades que refletem os objetivos e os percursos investigatórios dos autores e seus espaços pesquisados. Nesse sentido, a compreensão dos sistemas de produção confere uma visão geral que não raro servem de orientação para muitas abordagens. Conforme FAO (2009), os sistemas de produção mais frequentes na Agricultura Urbana (AU) são: 1) Microagricultura no quintal da moradia ou perto dela, 2) Horticultura comunal/comunitária, 3) Agricultura urbana institucional, 4) Horticultura (semi) comercial de pequena escala, 5) Criação de animais e produção aquática (semi) comercial de pequena escala, 6) Granjas multifuncionais e 7) Produção especializada de agricultura e silvicultura urbana.

Para Arruda (2011) é importante ainda compreender as modalidades comerciais ou familiares, nos quais o objetivo de autoconsumo se sobressai. As lógicas produtivas assim, estariam entre o retorno econômico e a segurança alimentar familiar. Para tanto a autora denomina a Agricultura Urbana Comercial como AUC e a descreve da seguinte forma.

A AUC é caracterizada essencialmente pela produção em escala sendo desenvolvida por trabalhadores [...] que produzem com objetivo comercial, para atender ao mercado local e/ou regional. Realizada em áreas próprias ou alugadas, pode ser localizada longe ou próxima dos centros urbanos desde que atenda as necessidades da agroindústria, plantio de hortaliças de interesse da agroindústria, fornecer matéria prima para industrialização, a industrialização pode ser feita pelo próprio produtor, tendo por finalidade a agregação de valores, venda do produto final é feita tanto para o mercado interno, quanto para o externo. (ARRUDA, 2011, p. 39).

A outra abordagem, ou seja, a Agricultura Urbana Familiar (AUF) por sua vez seria:

[...] caracterizada como uma atividade fundamentalmente não comercial, praticada por pessoas e famílias que trabalham nas áreas com dedicação parcial, nos tempos livres, finais de semana ou feriados, e que pode envolver trabalhadores aposentados, desempregados ou em situação de subemprego, famílias de classe média e alta, cuja produção é, em grande parte, destinada ao próprio consumo, além de se constituir como elemento de identidade social. (ARRUDA, 2011, p. 40).



De posse dessas duas amplas configurações, tem-se que pontuar algumas variações terminológicas que apontam para distinções no âmbito das modalidades, pois mesmo entre as estratégias produtivas, existem características diferenciadas. Essas diferenciações podem se dar em função de critérios de dimensão, localização, aspectos políticos, dentre outros elementos. As instituições se relacionam direta ou indiretamente e suas atividades acabam sendo determinantes para a realidade cotidiana.

As Instituições por sua vez, limitam ou potencializam interações humanas e compreendem regras formais, regras informais e os mecanismos responsáveis pelo funcionamento das regras (NORTH, 1990). A partir de sua organização as instituições podem-se estruturar e costurar incentivos políticos, econômicos e sociais, e assim, através desses enlaces influenciar nos custos e nos retornos obtidos. Douglas North (1990) afirma que as instituições podem reduzir incertezas que advém das relações humanas, alcançando assim redução de custos nas transações.

A agricultura *latu sensu* sempre teve o claro e manifesto objetivo de gerar produtos que se converteriam em alimentação própria e da família e/ou renda que se materializa quando da comercialização de um montante produzido. É bem verdade que muitos estudos apontam a prática do cultivo urbano sem necessariamente cumprir com esses dois requisitos, mas a ausência de ambos é bastante rara e até mesmo pouco instigadora para os atores envolvidos. Não é diferente para as instituições que se relacionam com a Agricultura Urbana.

Na busca de cumprir com seus papéis, as interações entre os atores produtivos e as instituições são fundamentais para a inserção e fomento do

[...] processo de mobilização das sociedades regionais a sua sustentabilidade político-institucional, adotando como metodologia a participação dos atores sociais e agentes públicos, de modo a que o envolvimento [...] assegurasse a sustentabilidade das propostas e projetos contidos nos Planos, garantindo assim a sua implementação[...] (BEZERRA, 2002, p.1).

Assim, muitas vezes a atividade ocorre de forma temporária e carece de projetos mais permanentes, pois os projetos institucionais são de curto prazo e sem indicadores de persistência após findar o período de execução. Outras ações, por sua vez, ocorrem para sanar problemas momentâneos e/ou flutuações econômicas. Arruda (2011, p. 60) aponta que “[...] famílias realizam a Agricultura Urbana somente temporariamente, por exemplo, durante determinados períodos do ano ou durante períodos de crise”.

As articulações sociais na Agricultura Urbana perpassam os fins da organização interna e se articulam, com diversos objetivos, às instituições que possuem algum interesse em relação à atividade. Assim, a mesma se concretiza em determinados espaços com diversos fins. Muitas vezes cultivos menores tais quais hortas e acanhadas plantações podem se fazer presentes de forma



estratégica para cumprir fins específicos como manejo ou manutenção da paisagem. Outras situações conferem fins ocupacionais aos indivíduos, tendo assim papel terapêutico e de recuperação de dependentes químicos.

Neste contexto, a reflexão e a análise das atividades precisam considerar os focos e os objetivos das Agriculturas Urbanas bem como as relações da mesma para com seus fins primordiais, sejam eles o cenário paisagístico, o consumo alimentar ou até mesmo saúde ou terapia. No núcleo produtivo, além de reflexões acerca da análise de custo e benefício da produção agrícola, cabe comparar os elementos positivos e negativos relacionados à interação da prática agrícola com as instituições que interagem com os produtores e sua produção.

3 AS CONFIGURAÇÕES DAS PRODUÇÕES URBANAS E AS INSTITUIÇÕES LOCAIS

As configurações contemporâneas dos municípios que envolvem situações de produção agrícola no âmbito do espaço urbano englobam influências de elementos histórico-sociais (como as tradições), econômico-ambientais da condição dos atores, mas, também envolvem ações de interesses, sejam eles privados e/ou de caráter público. Sobre essas questões estarão debruçados os resultados aqui apresentados.

Em diferentes tempos e espaços, em função de projeto(s) e/ou ações, os interesses relativos às áreas em questão influenciaram positivamente ou negativamente a Agricultura Urbana. Assim, a mesma pode florescer, ser extinta ou ter uma continuidade no espaço que pode ou não ser condizente com sua situação imediatamente anterior.

Para muitos pensadores/planejadores urbanos seria contraditório fazer do urbano como espaço não vinculados às atividades *latu sensu* urbanas, ou seja, empregabilidade econômica calcada nos setores secundário ou terciário da economia. A partir dessa concepção, é mais comum visualizar o planejamento sobre o fomento a ações nesses setores econômicos em detrimento a produções agrícolas urbanas.

Nos casos de Belém e de Porto Alegre visivelmente as principais articulações e organizações, inclusive com incentivo e fomento do poder público, convergem para tal realidade. Em Porto Alegre destacaram-se, nas últimas duas décadas (desde os anos 90), alguns projetos específicos em conjunto com a extensão rural. Esses projetos se voltaram à montagem de cultivos de hortaliças, onde a estruturação e aquisição de insumos e maquinário foram o mote das ações que deveriam envolver indivíduos em recuperação/tratamento de saúde ou então crianças e adolescentes de periferias em situação de insegurança alimentar.



Atualmente, ações que ainda vem ocorrendo na capital gaúcha estão vinculadas a EMATER/RS e buscam igualmente a montagem de hortas e envolvem indivíduos em recuperação (jovens e mulheres que sofreram agressão), tendo, portanto, o foco social como principal enfoque do projeto. Em primeiro plano fica a ocupação e a seguir a produção propriamente dita. O extensionista da EMATER/RS, responsável pelo projeto atual no bairro Lomba do Pinheiro destaca que:

Temos um projeto atualmente de horta no município. Há a sinalização de mais projetos mais adiante, mas até o momento nada de concreto. Não tivemos incentivo público. Apenas a 10 anos atrás mais ou menos tivemos dinheiro [...] O projeto busca a recuperação dos jovens para sua reinserção na sociedade. Existe uma boa perspectiva futura, mas ainda é um projeto bastante incipiente. O importante do projeto é que entre os participantes não há muita diferença, em geral buscam lidar com os problemas da família. Assim, com o que temos visto tem tido bastante êxito nosso projeto. Apesar das constantes paradas e recomeço [...].

Portanto a visão da instituição é bastante positiva, ainda que não conte no momento com aporte de verba pública. A EMATER/RS afirmou estar procurando, através de projetos, a viabilização de verba federal e estadual a exemplo do que conseguiu no passado. Quanto ao município a afirmação foi de que não há interesse por parte do poder público e que mesmo diante de resultados favoráveis, a tendência é da não participação municipal.

A Associação Rede Agroecológica Metropolitana (Rama) se constitui em um importante projeto associativo no município gaúcho, mas enfatiza a ausência do poder público no setor produtivo afirmando que: “Não há projeto para auxiliar iniciativas produtivas no município, temos apenas o espaço das feiras”. Porém, a existência das feiras propicia mercados e com isso acaba beneficiando os produtores, logo, constitui-se em iniciativas que permeiam potenciais aos produtores a partir da oferta de mercados. A partir dessas feiras o entrevistado 8 afirma ter demanda maior que a produção: “Não damos conta de oferecer quantidade suficiente de produtos [...] A demanda é tanto pelos produtos in natura quanto pelos produtos agroindustriais”.

Outra Associação de Porto Alegre que auxilia empreendimentos rurais do Município é a Associação Porto Alegre Rural. Porém o seu foco é muito mais voltado a atividades turísticas. Contudo, cabe ressaltar a sua contribuição através dos fluxos turísticos proporcionados pela iniciativa Caminhos Rurais, onde são oferecidos Turismo Rural, Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Estudos e Intercâmbio, todos eles com serviços e equipamentos que atraem indivíduos que consomem os produtos locais e fomentam a ampliação da produção. Ainda que as ações decorram de projetos voltados a distintos fins e não sejam permanentes ao longo de todo o ano,



existe por parte dos associados boa aceitação da iniciativa e os resultados são bem vistos e apreciados pelos associados. No relato do associado entrevistado isto fica evidente:

Todo o projeto trouxe coisas boas [...] atrai pessoas e vende o nosso produto. O problema é que as atividades não são permanentes, mas sempre recebemos gente por lá e vendemos o nosso produto. Então a gente se organiza, pois ninguém vive só do turismo lá [...] todos temos outra fonte de renda e precisamos manter essa renda sem deixar de lado as possibilidades que os Caminhos Rurais nos apresentam [...] estamos bastante organizados [...] o suficiente para nos mantermos por mais algum tempo na atividade.

Assim, no município de Porto Alegre, a esfera política é pouco atuante, cabe salientar que as iniciativas anteriores contaram com apoio do poder público e seguem tendo impactos (ainda que indiretos) no âmbito da Agricultura Urbana do Município. Nas iniciativas da capital gaúcha é possível observar que as mesmas ocorrem de forma diferenciada e funcionando não raro, de forma diferente da sua origem. No entanto fica evidente a necessidade de coesão em torno dos benefícios alcançados, já que não há permanência nem continuidade nessas ações.

Ainda que existam projetos no sentido de auxiliar a Agricultura Urbana, os demais projetos de cunho habitacional e expansionista da malha urbana parecem não cessar e cada vez mais colocam em xeque a continuidade dos espaços produtivos conforme se observa nos bairros ao sul de Porto Alegre. Ali a especulação imobiliária e a expansão habitacional (principalmente via condomínios) tem tido avanços significativos. Rechemberg (2007, p. 16) afirma em relação a um dos bairros da zona sul em expansão urbanística que: “[...] a paisagem mescla alguns marcos sólidos na paisagem com a frequente construção de novas casas e abertura de novas ruas, indicando a chegada de “novos tempos” no bairro [...]”.

Já em Belém não foram encontrados projetos vinculados ao poder público, muito embora da mesma forma que em Porto Alegre existam resquícios de ações passadas, que ainda repercutem nas práticas agrícolas do espaço urbano. As atividades observadas foram em Cotijuba e Mosqueiro. Na primeira ilha a única atuação em termos de projetos se dá pelo núcleo Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) e não conta com quaisquer ações e nem sequer reflexões de oportunidades anteriores. Enquanto isso, na segunda ilha as ações derivam de iniciativas de realocação de solo urbano para cultivos agrícolas.

Houveram em ambos os locais supracitados vinculações de projetos públicos com a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) que constituiu a anterior Divisão de Atividades Rurais (DIR), divisão esta que já se encontra extinta. Os investimentos anteriores nas áreas inexistem hoje em função de furtos e danos causados aos equipamentos, o que somado ao desestímulo dos atores, acaba por compor um quadro no qual não houve sequência a produção.



Existe ainda a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários que se situa na Universidade Federal do Pará (UFPA). Para este órgão as diversas tentativas de diálogo com o poder público, bem como junto a outras instituições não surtiram quaisquer efeitos positivos, já que ocorreram muitas dificuldade de inserção nas pautas pré-estabelecidas, ou nas pretensões futuras em relação às ações produtivas, pois de acordo com o respondente: “[...] não foi possível dialogar nos projetos de Desenvolvimento que vem sendo praticados pelos mesmos [...] não há o acompanhamento de projetos sociais e agroecológicos que já foram fomentados em planos passados”.

Desta forma, o que vem sendo trabalhado pela incubadora no município de Belém são acompanhamentos e formações nos projetos situados na Ilha de Mosqueiro, dentre os quais se situam os cultivos urbanos. Um deles ocorre na Agrovila e o outro nas áreas com assentamentos e ocupações. Nesses espaços o respondente da incubadora da UFPA destaca ainda as carências, uma vez que: “Temos claro que a formação precisa agir dentro do processo de gestão, formações e questões importantes como a valorização. Também existe a pouca mão de obra [...]”.

Foram três as associações abordadas em Belém: Associação dos pequenos agricultores de Mosqueiro (comunidades Mari-Mari e Esperança Viva Doroty Stang) e; Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém - MMIB (em Cotijuba). Essas três associações são responsáveis por englobar uma gama de produtores e concentrar esforços em torno dos projetos sociais de cada uma de suas comunidades. A Associação dos Pequenos Agricultores de Mosqueiro possui 105 famílias e tem como pautas o reflorestamento das áreas e o uso sustentável dos cultivares já existentes, aliando tais produções à eficiência produtiva e ao reconhecimento da área na qual estão produzindo. Complementarmente também é desenvolvida a produção artesanal. Cabe salientar que a comercialização desses produtos se dá em grande parte na própria comunidade a partir da venda aos turistas que passam pelo local em direção as praias de Mosqueiro, uma vez que essa é a única ilha de Belém com acesso viário. O relato do representante da comunidade (Mari-Mari) expressa a indiferença do setor público e apresenta a seguinte realidade:

Ainda não temos muita produção, mas posteriormente pretendemos estruturar uma cooperativa para ter mais escala de produção e eliminar totalmente atravessadores [...]. Desconhecemos ações do poder público, pois se houvesse poderíamos sanar problemas como o transporte dos produtos e equipamentos. Gostaríamos de levar ao conhecimento dos visitantes a marca que pretendemos lançar na cooperativa.

Ainda de acordo com o entrevistado, existe uma heterogeneidade muito grande na produção da localidade e a busca é, antes de mais nada, valorizar a diversidade amazônica. A associação “Esperança Viva” no assentamento “Doroty Stang”, por sua vez, vem travando uma série de debates



internos, visando estruturar uma organização produtiva que contemple o coletivo e que consiga englobar a maior parte dos moradores locais.

Em ambas as situações é possível observar espaços que mesmo similares em demandas (turísticas, por exemplo) não concentram esforços conjuntos e possuem enfoques diferenciados. A primeira (Associação dos Pequenos Produtores de Mosqueiro) procura ampliação da produção e melhoria da oferta de produtos extrativistas. Já a segunda associação, Esperança Viva, vislumbra uma produção em maior escala e como maior valor agregado, logo com metas financeiras mais ambiciosas, ainda que a mesma represente redução da diversidade e aumento dos custos do cotidiano.

A terceira associação abordada foi a de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB). Esta associação é a mais estruturada internamente e a mais ativa perante as demandas existentes no cotidiano. Num passado recente tinha forte relação econômica com financiamentos públicos, porém esses acabaram não resultando em benefícios para os associados, pois conforme a sócia fundadora:

Existia uma organização independente anteriormente, mas com a ampliação das atividades econômicas foram inseridas as mulheres e houve um rompimento com essa associação [...] esse rompimento se deu no período de 2000 a 2001 [...] Os principais problemas se referiam a dívidas advindas de financiamentos públicos que não trouxeram retornos nas atividades [...] faltou lucratividade [...] Quando assumimos a situação mudou [...] Assumimos o controle das prioridades produtivas e passamos a nos estabilizar, tendo como um grande aliado o principal produto solicitado pela iniciativa privada: a Priprioca!

No caso da MMIB a produção da Priprioca¹ foi o marco que estruturou economicamente a associação após anos de prejuízos com financiamentos públicos que não forneceram aos associados os lucros imaginados e geraram as dívidas supracitadas. Desta forma, para essa associação, ainda que haja a concentração da produção da propriedade num único produto, existem retornos financeiros que ao menos até o momento, tem sanado as dificuldades referentes às dívidas adquiridas anteriormente. No entanto, parece necessitar de reflexões quanto a sua continuidade e sustentabilidade em termos de retorno econômico, uma vez que os próprios produtores afirmam ter cessado ou ao menos diminuído muito de suas produções para autoconsumo, o que inevitavelmente acarreta aumento nos gastos e pode não se tornar viável no longo prazo.

Para além dessa situação da MMIB em relação a sua estruturação e organização atual, houveram muitas queixas em relação à falta de auxílio e à ausência momentânea das instituições externas no local. Existe uma certa ciência do grupo em relação à limitação que a relação

¹ Planta de nome científico *Cyperus Articulatus* - é uma erva inerente às características amazônicas, é utilizada na indústria de cosméticos, principalmente perfumes. O cultivo das mesmas se dá muitas vezes em pequenos espaços como quintais.



produtores-empresa os coloca e subentende-se a vontade de levar a cabo outros projetos que poderiam valorizar mais o espaço local e inserir mais indivíduos nas atividades da associação.

A secretaria do município de Belém, responsável pela atividade agrícola na capital paraense, é a Secretaria Municipal de Economia, através da Divisão de Atividades Produtivas Rurais, que afirma na atualidade ter apenas contatos com pequenos produtores do bairro Tapanã via convênios com associações e instituições e órgãos locais como a EMATER/PA. Conforme o entrevistado: “Nesse bairro visualizamos quintais orgânicos, fomentamos a comercialização na feira [...] toda a comercialização sem uso de agrotóxicos [...] Lá são hortas com plantações diversas”.

Porém, em relação aos espaços das lhas não tem havido quaisquer ações e as iniciativas que tem sido buscadas com diálogos junto a EMATER/PA não tem gerado resultados conforme o esperado, já que se vislumbravam financiamentos e auxílios às produções que acabaram não ocorrendo. Ainda segundo o responsável, tentou-se efetuar projetos de mecanização em 2002, mas todos os projetos não tiveram sucesso, pois “as áreas não eram propícias para a mecanização, então existe a necessidade do trabalho com manejo do solo pela vulnerabilidade dos mesmos”. Dentre as ações efetuadas anteriormente e que até o presente ainda surtem efeito tem-se as feiras no município.

Observa-se a existência do potencial dessas ações pela sua permanência mesmo sem continuidade de projetos, porém existe uma dificuldade na inserção do poder público na realidade desses atores, onde a lógica produtiva é voltada ao cotidiano dos indivíduos e muito pouco adequado à organização do poder público conforme foi projetado. Mas essas feiras mesmo elaboradas em projetos anteriores seguem existindo sem o acompanhamento dos responsáveis municipais.

Diante desta realidade o que se destaca é o potencial de mercados próximos, onde os circuitos curtos agregam potenciais aos produtos, mesmo quando em pequenas quantidades produzidas, características essas destacadas pelos representantes indagados. Esses potenciais são buscados no único projeto vigente e com acompanhamento pelo poder público no que se refere à Agricultura Urbana no município. O projeto é denominado Quintal Vivo.

A extensão rural na capital paraense (EMATER/PA) atualmente não tem nenhum projeto específico voltado aos espaços produtivos dos espaços urbanos do Município. Segundo o coordenador técnico, existem os atendimentos específicos feitos na região metropolitana e para a Ilha de Mosqueiro são efetuadas algumas atividades de assistência técnica e oferta de microcrédito.

Diante das realidades vislumbradas e das exposições por parte das instituições locais, pode-se afirmar que abordar os espaços produtivos numa conjuntura de articulação organizacional



voltada a espaços urbanos, sobretudo no que concerne a aspectos socioeconômicos, pressupõe a existência de esforços voltados à valorização crescente das atividades pré-existentes e a conexão com ações passadas.

Outra questão importante é buscar a redução das pressões imobiliárias, pois a configuração atual (ao menos nos casos dessas das duas cidades pesquisadas) esmagadoramente urbana certamente provoca problemas ambientais e sociais.

4 A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO ESPAÇO URBANO E A CEASA

As Centrais de Abastecimento (CEASA) são responsáveis pela comercialização mensal de um grande percentual dos produtos agrícolas consumidos no Rio Grande do Sul e no Pará. Em períodos de dificuldade no abastecimento costumam comercializar mais de 30% dos consumos dos Estados envolvidos, de acordo com ambas as CEASAS.

Tanto a CEASA gaúcha quanto a paraense não tem influência direta sobre organizações e articulações produtivas no âmbito do espaço agrícola das capitais. Não desempenham papéis de planejamento e gestão, contudo destacam-se como mercado atuante e em expansão para a comercialização de produtos agrícolas.

As situações são bastante diferenciadas nos municípios em questão, pois em Belém não existe a comercialização de produtos com maior perecibilidade. Conforme o inquirido: “Não tem produção em quantidade necessária [...]. Além do mais tem o custo do transporte [...] da produção nas temperaturas que temos aqui [...]. Não bastasse tudo isso ainda tem a pouca vontade em estabelecer espaços produtivos competitivos e sólidos [...]”.

Diante dessas problemáticas produtivas citadas, duas possibilidades emanam como condições possíveis na resolução de tal dificuldade. A primeira, consistiria na atuação conjunta de grupos de produtores para ampliar o montante de produtos e redução de custos. Esta ação já é uma prática na Ilha de Cotijuba quando da venda de produtos. Além disso, essa ação poderia receber apoio institucional da Central tanto na sua organização quanto na gestão, podendo ainda haver algum aporte físico/financeiro. Essa iniciativa poderia reduzir o preço dos produtos, pois muitos deles são oriundos de cidades distantes e também de outros estados do Brasil.

A respeito das possibilidades neste sentido, quando indagado, o responsável do CEASA acenou como: “Sem interesse da instituição em função de projeto passado de hortas que não vingou [...]. Não houve o empenho dos indivíduos que eram de situação de vulnerabilidade econômica”.

A outra possibilidade envolveria o processamento dos produtos como no caso da polpa do açaí em Belém-PA, o que já ocorre na Ilha de Cotijuba, e a utilização de embalagem a vácuo, o que



proporcionaria maior resistência dos produtos, sobretudo para o transporte. Além disso facilitaria a constituição de estoques, agregando valor ao produto final.

A CEASA/RS, por sua vez, se constitui num importante canal de comercialização dos produtores agrícolas do município de Porto Alegre com um mercado para a produção de 93 produtos. O destaque importante é a aquisição das chamadas “pedras”, que são espaços adquiridos pelo produtor ou grupo de produtores a um valor fixado pela CEASA. Esses espaços são de 5 ou 10 m² e se situam no pavilhão da Agricultura Familiar.

A organização desses produtores é denominada pela CEASA de grupos de Vizinhança e permite a comercialização direta com diversos supermercados e restaurantes da capital que adquirem os produtos diretamente nesse espaço. A aquisição conjunta dos espaços da CEASA pelos grupos permite a sua utilização em todos os dias da semana, de forma que a questão da restrição do volume de produção é sanada com a divisão do espaço, com uso alternado. Conforme o entrevistado 6 de Porto Alegre: “Alternamos o uso do espaço uma ou duas vezes na semana, varia de acordo com a época e a colheita que cada um de nós consegue [...] Quando temos bastante produtos costumamos dividir o espaço, pois aqui a gente quase sempre vende a produção, se não vende nós trocamos”.

A aquisição conjunta é uma articulação dos produtores e não conta com organização institucional da CEASA, ficando apenas a cargo da mesma o gerenciamento da estrutura do espaço de comercialização arrecadando com a venda das “pedras” para sua manutenção. Segundo informante da CEASA, os fomentos aos produtores que comercializam no local ficam para os “programas de governo como o PAA e outros, nós nos ocupamos da oferta das 900 peças para a comercialização dos produtores”.

Observou-se, a partir das entrevistas junto aos produtores e das análises efetuadas pela CEASA/RS, que a quantidade comercializada na capital sul-rio-grandense varia muito pouco, apresentando diversificação de produtos e volumes conforme a demanda dos consumidores e também atendida nos espaços de comercialização pelos grupos de vizinhança.

Assim, a instituição CEASA/RS representa um importante canal de comercialização, mas não avança sobre quaisquer outros aspectos da produção. Isto não reduz sua importância, seu papel que é primordial enquanto canal de comercialização para os produtores e seus produtos. Mas sua participação na cadeia produtiva se pauta apenas no(s) final(is) das etapas de cada um dos produtos.



5 A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO ESPAÇO URBANO E O PODER PÚBLICO

No que se refere ao uso da terra, já há algumas décadas, ocorre a competição pelo uso do solo nessas duas capitais brasileiras. A ocupação e o uso da terra no espaço urbano servem tanto para a produção como para a especulação imobiliária e, não raro, vira alvo de condomínios e ambientes de lazer como chácaras ou sítios.

As abordagens do espaço produtivo em espaços urbanos frente a estas possibilidades de uso do solo envolvem projetos e projeções de sociedade para a qual os poderes públicos têm se voltado. Os interesses do setor privado também têm se voltado para esse uso e se articulam junto ao poder público. Frente a essas realidades, os atores locais se articulam e se adaptam às mudanças advindas do órgão gestor, tendendo a migrar para outras áreas, no próprio Município ou fora do mesmo. Assim, ocorre a permanência do rural, porém de forma propensa a ser “engolido” progressivamente pelo desenfreado crescimento urbano.

Quanto às iniciativas dos poderes públicos de Belém e Porto Alegre, existem situações nas quais:

[...] as terras agricultáveis nas periferias das cidades, estão sendo deslocadas cada vez mais para zonas mais distantes dos centros urbanos, abrindo espaço para a ocupação descontrolada do solo e urbanização rápida [...] este deslocamento deveria ser visto com mais cuidado pelos governantes na formulação de seus projetos, e que as zonas periféricas são muito complexas, pois envolvem problemas rurais e urbanos ao mesmo tempo (MACHADO e MACHADO, 2002 *apud* ARRUDA, 2011, p. 30).

Frente a essa realidade, observa-se um quadro de mudança na realidade dos indivíduos, bem como as implicações dessa dinâmica sobre o espaço geográfico de ambas as cidades. Observando-se a relação entre antecessores envolvidos com a atividade produtiva agrícola e a pretensão dos filhos em seguir focados nas atividades agrícolas, os números apresentam um quadro de redução no contingente de indivíduos. Tal situação já é a algum tempo visualizada pelos poderes públicos, havendo (segundo os órgãos que observam o fenômeno enfocados) poucas perspectivas de reversão, mas sim, de elevação do esvaziamento das áreas. Com isso, se aceleram os fenômenos da expansão dos núcleos urbanos, espaços que cada vez mais exigem equipamentos urbanos e restringem espaços produtivos e áreas verdes, que costumam ser positivos as aglomerações populacionais.

Tanto na capital gaúcha quanto na paraense os números encontrados nos questionários efetuados mostraram existirem expressivos percentuais apontando para origens (maternal, paternal ou de ambos) ligadas ao setor primário (77,4% em Porto Alegre e 87,1% em Belém-PA). Tão logo, o que se pode observar é que existe a tendência a continuidade com as origens agrícolas, porém, dados os processos de avanço populacional e a necessidade de avanço de habitações no território urbano o espaço rural desses municípios, se reduz drasticamente.



Em relação à urbanização, Ferreira e Castilho (2012, p. 16) discorrem que: “[...] com as mudanças econômicas e sociais ocorridas no mundo e no Brasil, especificamente a partir da segunda metade do século XX, houve também nos espaços intra-urbanos um forte processo de urbanização”. Assim, ao serem indagados sobre o interesse dos filhos de permanecer/retornar à atividade agropecuária, os resultados apontam para uma maioria sem interesse na permanência, com 61,3% na pesquisa gaúcha e 64,5% na pesquisa paraense (Tabela 1).

Tabela 1. Perspectiva dos filhos Permanecer/Retornar a atividade

Pretensão em permanecer/retornar à atividade	Absoluta Porto Alegre	% Porto Alegre	Absoluta Belém	% Belém
Sim	5	16,1	10	32,3
Não	19	61,3	20	64,5
Não tem filhos	7	22,6	1	3,2
Total	31	100,0	31	100,0

Fonte: Coleta de Dados (Dezembro de 2011).

As explicações dos indivíduos convergiam com a análise de desestímulo diante da urbanização vivenciada em Porto Alegre, onde as pressões urbanas levaram ao descrédito em relação ao potencial de permanência na agricultura. Porém em Belém esse quesito não foi tão referenciado diante da pouca perspectiva em relação a outras atividades nas áreas locais. Em Porto Alegre, a comercialização nas feiras orgânicas e o mercado do CEASA atuam como elementos que reforçam a presença da atividade agrícola nesse espaço urbano.

Quando indagados sobre as suas perspectivas momentâneas, as duas situações apresentam perspectivas de continuidade, uma vez que almejam manutenção da produção (seja sob o prisma do autoconsumo, seja pela renda, das quais não se pode isolar uma situação de outra). Porém, quanto à situação futura, ou seja, a continuidade da propriedade com fins agrícolas envolvendo os filhos, houve uma tendência de involução. E quando indagados sobre a atuação do poder público na atual dinâmica geográfica visualizou-se muito mais descontentamento, pois os retornos negativos atribuídos aos quesitos Ruim/Péssima foram mais evidentes (Figura 2).

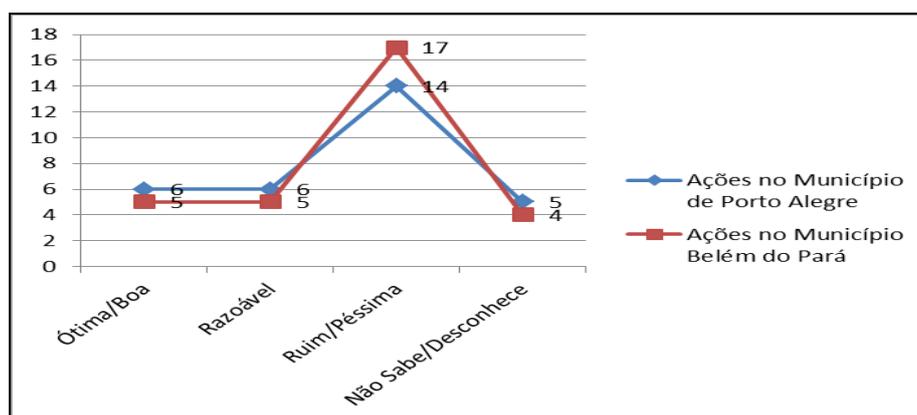


Figura 2. Gráfico das visões das ações do Poder Público nos espaços agrícolas
Fonte: Trabalho de Campo (2011-2013).

Os retornos dos atores entrevistados nortearam esferas voltadas à situação atual de suas vivências não apenas na própria propriedade, mas também levaram em conta as alternativas e os fomentos socioeconômicas. Também foram valorizados os potenciais relacionados à atividade agrícola local, tais como divulgação, feiras, programas, apoio organizacional para manutenção e valorização da atividade tanto pelos produtores quanto pela população.

Diante desses quesitos, Porto Alegre obteve um percentual ligeiramente superior em função de algumas feiras, das ações dos Caminhos Rurais e também do acesso a mercados que atuam junto à CEASA/RS. Mas muitos produtores se queixaram da falta de visibilidade local, uma vez que afirmavam haver: “Necessidade de sermos vistos em Porto Alegre e a importância do que produzimos [...]” (PRODUTOR 15 DE PORTO ALEGRE).

No município de Belém, os aspectos positivos se deram por conta de ações anteriores e pequenos auxílios existentes no âmbito técnico, mas que foram: “[...] decisivos em relação ao que plantamos hoje [...] O que vendemos para as pessoas, principalmente os indivíduos que estão de passagem” (PRODUTOR 11 DE BELÉM).

Porém, de forma geral, o que se observa é uma situação negativa na visão dos produtores. Existe um descontentamento em relação às ações que envolvem o espaço produtivo, pois para os atores o que “querem é pegar essas áreas e fazer prédios, construções que vão trazer muita gente pra cá [...] não somos contra os que vêm [...] queremos que venham [...] mas que aproveitem a natureza, as paisagens e não que mudem tudo aqui” (PRODUTOR 13 DE BELÉM). De forma semelhante à situação gaúcha, existe um contingente que percebe atuação alguma da esfera pública e que se soma a uma imagem negativa do Poder Público.

Para a capital sul-rio-grandense a situação negativa relacionada às instituições públicas também está presente entre os produtores, ainda que um pouco inferior a Belém. Para o Produtor 23



de Porto Alegre: “Cada dia fica mais difícil à gente pensar em plantar [...] Tem a questão da área e dos problemas de contaminação e outras coisas [...]”. Alguns entrevistados não observaram quaisquer atuações do poder público sendo em Porto Alegre um pouco superior embora muito próximo.

Contudo, de forma geral, pode-se afirmar que os retornos em relação à forma como são visualizadas as ações do Poder Público no espaço produtivo urbano dos Municípios ilustraram tendências semelhantes. As manifestações expuseram breves distinções em termos globais da visão da instituição pública nos espaços agrícolas urbanos.

Assim, os contextos da Agricultura Urbana nas duas amostras pesquisadas demonstraram descontentamentos por parte da população alvo, mesmo em ambientes e condições distintas, desde o transporte até os produtos cultivados, passando pelas temperaturas e aspectos político-sociais, conjuntura e expressões negativas da atividade agrícola em grandes cidades. As exposições dos entrevistados corroboraram para essa consideração, demonstrando que:

A expansão urbana, no contexto contemporâneo, em que a mobilidade espacial propiciada pela maior facilidade de acesso aos meios de transporte individual, associada à fragilidade do poder público municipal em planejar e regular a produção da cidade, acaba privilegiando os agentes imobiliários e os detentores de glebas ainda não parceladas (HESPANHO, PEREIRA, HESPANHOL, 2019, p. 07).

As iniciativas de cunho público para os espaços de Agricultura Urbana parecem, dessa forma, tecer uma linha de semelhança. As perspectivas e percepções negativas dos atores agrícolas apresentam visões que questionam as estratégias voltadas ao urbano *latu sensu*. Essas visões apontam para a habitação e entretenimento como meta e fim da maioria de seus projetos, sejam eles para abrigar moradias de pessoas ocupadas no setor secundário ou terciário, seja para disponibilização de espaços para sítios, chácaras ou outras formas de lazer objetivando sanar as demandas urbanas.

Destarte, ainda que: “A concepção de saúde não pode estar separada de quaisquer aspectos da urbanização e de seu contexto socioambiental, uma vez que deve apreender as relações entre os múltiplos fatores envolvidos [...] (RIBEIRO, BOGUS, WATANABE, 2015, p. 3)”, a mesma não pode se resumir tão somente a essa relação, pois pode ser visualizada “[...] como uma alternativa social, ambiental e economicamente sustentável para fazer parte da estratégia de solução do problema da fome, promovendo a produção e o abastecimento de alimentos para as populações urbanas [...] (CURAN e MARQUES, 2021, p. 1)”.



Por fim, cabe salientar que esse enfoque não é recente, não se deu apenas nas últimas gestões dos Municípios, pelo contrário, o mesmo é contínuo e ampliado ao longo do tempo e parece agregar ainda mais tendências lineares a essas visões na atualidade. Nesse sentido, quando indagados acerca das mudanças ocorridas ao longo dos anos, os apontamentos negativos não se alteraram expressivamente. As alterações citadas foram ao encontro da perspectiva negativa à atividade agrícola, pois novamente salientou-se a expansão/projeção de ações imobiliárias e de recreação.

Tão logo observa-se a carência na observação do potencial da Agricultura Urbana, pois, tem-se que compreender que no setor primário não se pode observar unicamente o desempenho econômico, comumente inferior ao setor de serviço e industrial, pois se deve valorizar também o mote social das ações efetuadas. Isso porque, nele existe potenciais não calculados monetariamente, como o autoconsumo, a redução da pressão populacional sobre os espaços urbanos, bem como a redução do desemprego via possibilidades de ocupação laboral.

No bojo das abordagens efetuadas observa-se a necessidade de reflexões acerca da atividade da Agricultura Urbana num contexto de uma série de aspectos positivos que a mesma apresenta², uma vez que a mesma pode apresentar uma série de benefícios que a longo prazo podem se materializar no espaço geográfico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitos aspectos difusos que caracterizam a análise e englobam a atuação das instituições abordadas no contexto da Agricultura Urbana dos municípios pesquisados. Porém, de forma geral, foi possível observar os espaços e territórios produtivos ainda fortemente impactados por soluções que atendem situações emergenciais momentâneas. Sobre essa problemática, salienta-se que apenas com planejamento e ações a longo prazo, com respostas prontamente oferecidas, assim que os problemas venham à tona, será possível a projeção da atividade, perdurando positivamente nas propriedades, sem oscilações. Essa realidade se expressou quase como uma constante na maior parte da realidade dos atores abordados.

Em muitas situações, as produções mesmo quando já existentes, ainda se apresentam como uma situação transitória, onde as adequações podem levar a mudanças na ou da propriedade. Nesses casos ocorre a ameaça a sua manutenção futura. Nesse sentido, não houve sob a exposição de nenhuma instituição, a preocupação específica com a manutenção das produções ameaçadas,

² Ver mais em WANDSCHEER (2015).



mesmo havendo clara e evidente valorização do cumprimento do papel socioeconômico das atividades, que demonstraram capacidade de suprir necessidades (como alimentação e renda), mesmo diante da dúvida referente ao futuro da produção tal qual se encontrava no momento da pesquisa.

Quando fomentadas, foi possível visualizar a resposta que as atividades deram em termos de oferta de produtos, o que representou aspectos positivos aos produtores via ampliação dos produtos à mesa ou comercialização (tanto direta quanto indireta ao consumidor). Os consumidores por sua vez tiveram suas exigências alimentares contempladas ou então reduzidos os preços dos produtos. Esse aspecto merece atenção especial por parte dos órgãos de planejamento, sobretudo num cenário de crescimento populacional tanto no Pará quanto no Rio Grande do Sul, a exemplo da projeção do Brasil para os próximos anos.

Mesmo diante dessas projeções, as produções parecem não apresentar um movimento preciso e contínuo, sob o qual sejam estabelecidos de forma mais clara a compreensão de qual será(ão) o(s) papel(is), o(s) perfil(is) preciso(s) e constante(s) da atividade num futuro próximo, bem como quais serão os desencadeamentos na realidade dos atores envolvidos. Essa inconstância se deve em grande parte a ausência das instituições que muito pouco atuam no fomento da atividade, tendo alguma atuação na oferta de canais de comercialização ou então, em ações pontuais que acabam não se perpetuam de forma sólida com o passar do tempo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em extensão rural**. Um manual de metodologia. Brasília: Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior, 1989.

ARRUDA, J. **Agricultura urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias**. 197 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BEZERRA, M. L. **Desenvolvimento Urbano Sustentável: realidade ou utopia**. Trabalhos para Discussão. Disponível em: <www.fundaj.gov.br/tpd/140.html> Acesso em: 20 mar. 2007.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**. Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CURAN, R. M.; MARQUES, P. E. M. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. **SciELO**. Estudos Avançados, v. 35 (101), jan/Apr 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.013>>. Acesso em: 24 jan. 2021.



DESLANDES, S. F. **O Projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual.** In: MINAYO, M. C. de S. (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p 31-60.

FERREIRA, R. J.; CASTILHO, C. J. M. de. Agricultura Urbana: discutindo algumas das engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial. **Revista de Geografia**, Recife, v. 24, n. 2, p. 06-23, mai/ago. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228693>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

HESPANHOL, A.N.; PEREIRA, C. da S.; HESPANHOL, R. A. de M. A diversidade da agricultura urbana e periurbana em Presidente Prudente-SP. **Campos Neutrais -Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, Rio Grande, vol.1, n. 2, p.73-90, Maio/Ago. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/cn/article/view/9358/6149>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 17 de out. de 2011.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. New York: Cambridge University Press, 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO - FAO. **Agricultura Urbana e Periurbana como ferramenta para a segurança alimentar e o desenvolvimento territorial**. Santiago do Chile, 2009. CD-ROM.

RECHENBERG, F. **“Vamo falá do nosso Lami”**: Estudo Antropológico sobre Memória Coletiva, Cotidiano e Meio Ambiente no bairro Lami, Porto Alegre. 223 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RIBEIRO, S. M.; BÓGUS, C. M.; WATANABE, H. A. W. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. **SciELO**. Saúde, 24 (2), apr/jun. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000200026>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. 3ª ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

ZAAR, M. H. A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) no marco da Soberania Alimentar. **Sociedade e Território**, Natal, v. 27, n. 3, p. 26-44, jul/dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/7870/6137>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

WANDSCHEER, E. A. R. **Agricultura Urbana**: uma análise da atividade em Belém-PA no Norte e Porto Alegre no sul do Brasil, Porto Alegre. 282 f. Tese (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.